

Notícias

- Notícias Online
- Cultura
- Destaque
- Economia
- Esporte
- Polícia
- Política
- Região
- Relax
- Tucuruí

- Veja Todas
- Busca de Notícias

DEP. ANN PONTES

Segunda-Feira, 17 de Maio de 2004

Somos todos brasileiros



Recentemente, uma pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, com o apoio da Fundação do Banco do Brasil, intitulada "Retratos da Deficiência no Brasil", revelou como a vida em nosso País é difícil para as pessoas portadoras de necessidades especiais. O Brasil possui mais de 24 milhões de portadores de necessidades especiais e, infelizmente, ainda está muito longe de conseguir atendê-los com um mínimo de dignidade.

Além de ter que lidar com o preconceito, estas pessoas também são obrigadas a enfrentar diariamente a falta da infra-estrutura necessária para lhes garantir acesso a qualquer serviço, especialmente aos serviços públicos, o

que acaba gerando a sua exclusão do convívio social.

Ações que para os outros podem parecer simples, como andar nas ruas, fazer um saque em um caixa eletrônico ou ir a ao cinema, viram verdadeiros malabarismos ao portador de necessidades especiais, na maioria das cidades brasileiras.

O portador de necessidades especiais, no Brasil, ainda tem duas outras grandes desvantagens: a renda e a escolaridade. Cerca de 27% deles não têm nenhum grau de instrução e, quando conseguem emprego ainda recebem menos que a média dos demais trabalhadores.

O estudo também mostrou a relação entre renda e deficiência, apontando que as nove cidades com maior taxa de portadores de necessidades especiais e exclusão estão localizadas na região Nordeste. E é aí que o círculo da injustiça e das desigualdades fecha o cerco: enquanto metade dos portadores de necessidades especiais do Brasil habita o Norte e o Nordeste, estas duas regiões, juntas, recebem apenas 19% da verba federal destinada a este segmento.

Esta revelação foi constatada por uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União, no programa "Ação de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência em Situação de Pobreza" do Governo Federal.

A distorção fica bem clara quando observamos o seguinte dado: no ano de 2003, o Estado de São Paulo recebeu 19,43% do total da verba liberada para programas de atendimento aos portadores de necessidades especiais no Brasil e, com o recurso, atendeu 574 mil pessoas. Enquanto isso, o Estado do Maranhão, por exemplo, recebeu apenas 0,33% do total da verba acima especificada, para o atendimento de um número similar de pessoas.

Mesmo alegando que a distorção acontece pela falta de estrutura das regiões mais pobres em captar o recurso, é responsabilidade do Governo Federal reexaminar os critérios do repasse e tentar acabar com essa distribuição injusta. Infelizmente este não é o único repasse do Governo Federal que penaliza, sem nenhum critério de justiça, as regiões Norte e Nordeste e, mesmo que esta seja uma situação histórica no perfil da distribuição, é preciso que o atual Governo tenha a sensibilidade para dar-lhe novo formato.

No Estado do Pará, mais de 15% da população apresenta algum tipo de necessidade especial. São mais de 225 mil pessoas. Queremos que essas pessoas tenham o mesmo direito e as mesmas oportunidades que qualquer pessoa do mesmo segmento de qualquer canto do País, e que o Governo consiga assegurar isso. Esta não deve ser uma luta apenas das bancadas do Norte e Nordeste, mas de todos nós parlamentares, pois o fato é que somos todos brasileiros.

Dep. Ann Pontes - dep.annpontes@camara.gov.br

Artigos Anteriores:

- » [14/06] A feminização da pobreza
- » [07/06] Águas tranquilas para o desenvolvimento
- » [31/05] Tucumã espera certificação territorial
- » [24/05] Para servir, não dificultar

Colunas

- Dep. Ann Pontes
- José Adão Costa
- Osorio Pacheco
- Parsifal Pontes

Canais

- Agenda
- Classificados
- Edições Anteriores
- Horóscopo
- Repórter Floresta
- Sua Palavra
- Telefones Úteis
- Tempo

- Expediente
- Publicidade

[Contate-nos](#)

- » [03/05] Brasil: país desigual
- » [26/04] Trabalho infantil também existe no Pará
- » [19/04] A difícil tarefa de erradicar o trabalho infantil
- » [05/04] Água: em crise pelo mau uso
- » [29/03] Transamazônica: exemplo do descaso
- » [22/03] É importante realçar as conquistas femininas
- » [19/03] Prostituição infanto-juvenil deve acabar
- » [19/03] Vinte anos de luta e conquistas
- » [19/03] Castanha-do-Pará corre risco de desaparecer
- » [19/03] Biossegurança: em defesa da vida
- » [19/03] Super Zona Franca não pode excluir o Pará
- » [19/03] Aids mata 10 mil pessoas por ano
- » [19/03] A Comoção Não Pode Sobrepujar a Razão
- » [19/03] Dinheiro do turismo sexual não é bem-vindo
- » [19/03] Um dia para refletir
- » [19/03] Erros inteligíveis de governo
- » [19/03] Saúde pública está doente
- » [19/03] Amazônia: presente e futuro
- » [19/03] Saúde humana ameaçada
- » [19/03] Políticas para a juventude
- » [19/03] Às crianças emasculadas de Altamira
- » [19/03] Em defesa das crianças e adolescentes
- » [19/03] Cotas para negros e alunos de escolas públicas